



A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES PERNAMBUCANAS NA OPOSIÇÃO AO REGIME MILITAR BRASILEIRO ENTRE OS ANOS DE 1964 E 1974

Lucimar Avelino da Silva¹

Thalyta Rafaella de Oliveira²

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir algumas questões a respeito da participação das mulheres pernambucanas na oposição ao regime militar brasileiro, entre os anos de 1964 e 1974. A partir de uma análise crítica da bibliografia sobre o tema, de jornais do período em questão, e de entrevistas a serem realizadas, pretendemos contribuir, de maneira significativa, para uma maior compreensão crítica de como foi a participação dessas mulheres nos movimentos de oposição à ditadura militar brasileira, destacando suas relações com as organizações nas quais estavam inseridas e com a repressão. Ressalte-se a importância desta pesquisa no trato diferenciado para o tema, pouco abordado até o presente momento, por historiadores e historiadoras em âmbito nacional e local. Conhecer a atuação dessas mulheres pernambucanas é imprescindível para a construção de nossa identidade, pois, ajuda a conhecer a nossa História, bem como, os sujeitos e sujeitas que a fizeram acontecer.

Palavras-chave: ditadura militar, resistência, repressão, memória.

INTRODUÇÃO

O fim da Segunda Guerra Mundial dividiu o mundo em dois pólos, com modelos políticos diferentes. De um lado, o modelo socialista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do outro, o modelo capitalista dos Estados Unidos da América. Esta bipolaridade se estendeu aos demais países do globo, ficando conhecido como Guerra Fria, exigindo destes uma tomada de posição. Embora nunca se tenha chegado ao confronto armado entre os dois blocos, a corrida armamentista, a intervenção em diversos conflitos regionais (as guerras da Coreia, do Vietnã, de Angola, entre outras), a crise dos mísseis em Cuba, a questão de Berlim e a implantação de ditaduras na América Latina, faziam parecer que um novo conflito estava iminente.

¹ Aluna do curso de especialização em História do Brasil Contemporâneo da FUNESO e professora da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco . E.mail: luci_avelino79@hotmail.com

² Aluna do Curso de especialização em História do Brasil Contemporâneo da FUNESO e professora do Colégio École. E.mail: thalytarafaella_84@hotmail.com



É neste contexto que no Brasil, as classes médias, uma elite empresarial, os militares e conservadores, com o apoio norte-americano, instauram em abril de 1964, através de um golpe, uma ditadura civil-militar, que durou 20 anos. O período foi marcado pelo cerceamento a liberdade de expressão em todos os setores sociais e pela repressão dada às pessoas que se opunham ao novo regime. Entre estas pessoas, encontramos trabalhadores, estudantes, alguns setores da Igreja Católica, organizações de esquerda, e outros segmentos da sociedade.

Nos primeiros quatro anos, ainda encontramos certa “tolerância” aos opositores do regime. No entanto, de 1968 a 1974, o Brasil “mergulha” num período de repressão intensa: prisões, torturas, assassinatos, censura aos meios de comunicação, etc. São os chamados, “Anos de Chumbo”. De 1974 a 1984, a conjuntura mundial de conflito vai se desfazendo, e, no Brasil, encontramos a lenta e gradual abertura política iniciada por Geisel. É o momento da Anistia e do movimento pelas eleições diretas.

Dos vários setores da sociedade que se opuseram ao regime, queremos destacar a participação das mulheres pernambucanas. Trabalhadoras, estudantes, militantes de esquerda, elas mostraram seu descontentamento com o regime ditatorial brasileiro.

A década de 60 é marcada por um avanço da mulher na esfera pública da sociedade brasileira. Além de alcançar as universidades e o mercado de trabalho, a mulher passou a atuar mais intensamente na política nacional.

Até, pelo menos, o fim da década de 60 as mulheres ocupavam posições submissas na política e na sociedade brasileira. Com a liberação feminina, em fins da década de 60, as mulheres passaram a tomar parte nas lutas políticas, destierotipar a imagem da mulher-mãe-esposa-dona de casa que vive em função do mundo masculino.

Para FERREIRA (1996) os papéis masculinos e femininos são socialmente criados e culturalmente definidos, no qual, a posição da mulher, dentro do espaço social marcado pelo binômio público/privado, a insere na esfera do doméstico, do particular, enquanto que para os homens, a esfera pública, política é o seu lugar.

A interação social torna possível um espaço de permanente construção e reconstrução da identidade dos indivíduos. As mulheres militantes ao saírem de sua posição de gênero dentro do sistema cultural, esfera privada, além de reconstruírem seu papel enquanto agentes políticos constroem/reconstroem uma nova identidade para si. As transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira, principalmente, a partir da década de 60, criaram as condições para ascensão da mulher enquanto sujeito político. Adentrar o espaço público,



político e masculino foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem na oposição ao regime militar. (COLLING, 1997).

Dentro de uma sociedade masculinizada, essas mulheres, que ousaram desafiar o código vigente, enfrentaram alguns obstáculos, tais como a família (da qual muitas vezes escondiam suas atividades), a sociedade (que criava uma imagem pejorativa das mulheres envolvidas com a política), alguns membros das organizações (em relação aos papéis de comando, ou participação em algumas ações) e a força repressora (além de serem opositoras do regime, eram mulheres).

Contribuindo como sujeitas históricas, essas mulheres merecem ser lembradas e conhecidas pela sociedade como parte integrante de uma geração que buscou o direito de expressar sua opinião e de imaginar e lutar por uma nova sociedade. Conhecer e compreender esta atuação são o que será encontrado nesta pesquisa, colaborando para que momentos como esses não sejam “apagados” de nossas memórias e História.

Sobre o período ditatorial brasileiro em sua totalidade, encontramos as obras de Elio Gaspari – *A Ditadura Envergonhada* e *A Ditadura Escancarada* e Maria Helena Moreira Alves, em seu *Estado e oposição no Brasil*. Ambos tentam fazer um balanço do período. Falam do golpe, da repressão e torturas, da igreja católica, da oposição, etc.

Paulo Cavalcanti em *O Caso Eu Conto Como o Caso Foi*, vol. II e IV, encontra-se uma abordagem no âmbito pernambucano sobre os acontecimentos do período, sendo uma biografia do autor. Dentre as biografias, destacamos também as de Alfred Sirkis, em seu *Os Carbonários*, e a de Frei Betto, *Batismo de Sangue*, contando suas participações nos acontecimentos do período. Queremos destacar ainda, a obra de Zuenir Ventura – *1968: o ano que não terminou*, onde o autor destaca os acontecimentos do tumultuado ano de 1968 no país.

Sobre a oposição realizada contra o regime, destacamos o *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender, no qual, traz uma abordagem sobre as organizações de esquerda que atuaram no país durante o regime civil-militar e o *Dossiê Brasil Nunca Mais*, trazendo um minucioso levantamento sobre as pessoas que foram presas e torturadas pelo aparato repressivo militar, bem como, denunciando as práticas de tortura cometidas pelos órgãos públicos.

Em relação à participação das mulheres no movimento de oposição ao regime ditatorial, a, infelizmente, uma obra escassa. Demonstrando que ainda há muito que ser feito sobre o tema.



Destacamos a obra de Ana Maria Colling, *A resistência da mulher a ditadura militar no Brasil*, que através dos depoimentos de seis mulheres e de dois homens ex-militantes, que atuaram no Rio Grande do Sul, e de documentos do DOPS ela analisa as questões de gênero, não somente em relação à repressão, mas aos companheiros de esquerda e à sociedade como um todo.

Elizabeth F. Xavier Ferreira em *Mulheres, militância e memória*, traz o depoimento de treze mulheres que foram presas políticas. A utilização dos conceitos de gênero e geração perpassa toda a análise da antropóloga. Por outro lado, ela lida com a problemática da identidade em situações limite de ameaça física e psicológica.

Além da bibliografia citada, a um número significativo de artigos sobre o período, que foram de grande importância para nossa pesquisa.

Pretender contribuir, de maneira significativa, para uma maior compreensão crítica do que foi e como foi a participação das mulheres nos movimentos de oposição a ditadura civil-militar instaurada no Brasil, no período de 1964 a 1984, criando dados para referência de pesquisas, afim de não esgotar o tema é o intuito de nossa pesquisa. Pois é necessário, para a construção de nossa identidade, conhecer nossa História e os atores e atrizes, que a fizeram acontecer.

MULHERES, ORALIDADE E MEMÓRIA

As transformações ocorridas nas últimas décadas contribuíram para uma pluralização dos objetos de investigação histórica, sendo, um deles, as mulheres, tratadas enquanto objetos e sujeitos da História. Michelet foi um dos precursores no desenvolvimento destes estudos identificando a mulher com a esfera privada, que quando atua no âmbito público dá lugar a um desequilíbrio da história.

O interesse pela história política e pelo domínio público, onde são quase inexistentes fontes relacionadas as mulheres, faz a história positivista recuar nestes estudos. A escola dos *Annales*, voltada para o cotidiano, contribui para a história das mulheres. Para o marxismo, a contradição entre homens e mulheres é considerada secundária, em vista da instauração de uma sociedade sem classes, daí o desinteresse para uma produção sobre a mulher. A partir de 1960, correntes marxistas revisionistas, atreladas a história social, assumem como um de seus objetos, as mulheres.

A história das mulheres ganhará fôlego, com o desenvolvimento da história das mentalidades e da história cultural, que através da interdisciplinaridade, busca desvendar as várias dimensões do objeto, incluindo a mulher como objeto de estudo.

O movimento feminista também contribuiu bastante para uma história das mulheres. A partir dos anos 60, o movimento feminista provocou uma busca por informações sobre as questões relacionadas às mulheres.

Mesmo com o avanço dos estudos, a um entrave nas pesquisas sobre as mulheres: as fontes. Há uma escassez de fontes produzidas por mulheres. Segundo PERROT o mais comum, são discursos masculinos sobre elas, pois nos arquivos públicos sua presença é reduzida. Os arquivos privados, quando existem, são uma fonte bastante considerável.

Diante destes entraves, a história oral, ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, tornou-se, um dos instrumentos principais, para conhecer a história das mulheres, possibilitando novas versões da história ao dar voz aos múltiplos e diferentes narradores, permitindo estruturar a história a partir das palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado contexto histórico, através de suas referências.

A metodologia da história oral recebe diversas críticas, uma delas sendo a questão da subjetividade dos depoimentos. Sobre isso Michael Pollak diz o seguinte:

“Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta.” (apud BASTOS, 2004, P. 14)

A história oral, além de contribuir para construção/reconstrução da identidade histórica, empreende um esforço voltado para possibilitar o afloramento da pluralidade de visões inerentes à vida coletiva.

O trabalho com a metodologia de História Oral proporciona o processo de lembrar e relembrar sujeitos históricos, ou mesmo de testemunhas da história vivida por uma coletividade. Sendo assim, os depoimentos coletados tendem a demonstrar que a memória pode ser identificada como processo de construção e reconstrução de lembranças nas condições do tempo presente.

Segundo Halbwachs há dois tipos de memória, a individual e a coletiva. A memória individual é a memória que pertence somente ao indivíduo na sua singularidade, compostas por lembranças exclusivas desse indivíduo. O conjunto dessas lembranças individuais forma a memória coletiva de um grupo social na medida em que essas lembranças pertençam também



aos demais indivíduos desse grupo, onde, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva.

Para que as memórias concordem entre si, formando a memória coletiva, é fundamental que nelas se manifestem os elementos comuns. A reconstrução do passado se dará a partir, de dados ou de noções comuns, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade ou grupo.

A memória coletiva realiza a reinvenção de um passado em comum, fornecendo dados para que os homens interpretem o presente e projetem o futuro. O controle dessa memória garante, principalmente, o controle do presente, pois, são os interesses presentes (sociais, políticos e culturais) que irão determinar que memória se queira lembrar. Um aspecto significativo da memória coletiva é o desafio da história oficial pelo resgate de memórias concorrentes, memórias estas, que só emergem quando há quem queira escutá-las, tornando-as públicas. (FERREIRA, 1996)

MULHERES E ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA

A participação das mulheres nas organizações de esquerda, que aqui se entendem como: partidos políticos, movimento estudantil e movimento armado, numericamente foi menor que a dos homens. Ridente (1996), em uma análise quantitativa sobre a presença feminina nestas organizações, utilizando dados estatísticos extraídos do *Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM)*, mostra que cerca de 84% dos processos movidos contra opositores do regime eram de homens. Este número reduzido de mulheres é reflexo de uma sociedade machista que via a mulher enquanto mãe, esposa e dona de casa, longe do espaço público.

Nas organizações de esquerda a idéia que predominava era a de que mulheres e homens eram iguais na luta, as diferenças fora dela se davam por causa do sistema e deveriam ser pensadas quando o regime fosse derrubado.

No entanto, a atuação das mulheres, na maioria das organizações, se restringia a atividades secundárias. “Muitas vezes a função das mulheres restringia-se a servir de fachada para os homens em ações, se passando por namoradas ou sendo a esposa dos militantes” (GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2007). Para alguns companheiros de luta, as mulheres eram o “sexo frágil” e a elas não poderiam ser dados papéis de comando, ou mesmo a participação em algumas atividades que requereriam a força e coragem masculinas.



Diante dessa realidade, muitas mulheres impunham a si a negação de sua sexualidade como condição para a conquista de um lugar de igualdade ao lado dos homens.

Ser mulher-militante em uma sociedade machista foi um desafio pra essas mulheres, pois tiveram que enfrentar diversas discriminações advindas da família, da sociedade e de suas organizações, organizações essas que, discursavam a favor dos ideais de liberdade, da justiça, da igualdade, entre outros, mas, que, em alguns casos, foram incapazes de, em suas próprias fileiras, viverem esses ideais.

MULHERES E ÓRGÃOS REPRESSIVOS

Além de discriminações sofridas nas organizações das quais participavam, as mulheres ainda foram vítimas do aparelho repressivo brasileiro. Para este, as mulheres mereciam ser mais torturadas porque além de serem consideradas subversivas e estarem indo contra a ordem imposta, ainda ousavam participar da política, espaço reservado aos homens, ao invés de estarem em suas casas alheias ao que acontecia com o país.

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente do sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir á vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações efetivas de parentesco. (BRASIL NUNCA MAIS, 1985).

A mulher militante diante dos órgãos de repressão se tornaria mais que um sujeito subversivo. É inegável que a tortura nas mulheres seria algo ainda pior, uma vez que além de sofrerem violências físicas, psicológicas, as mesmas eram submetidas a violência sexual, acompanhada, em sua maioria, por vexames sexuais como forma de tortura. Há relatos inclusive, de mulheres que porventura vieram a engravidar de seus algozes, ou aquelas que foram torturadas durante a gravidez e com tais torturas acabaram abortando.

Na tortura, as técnicas para provocar a dor lancinante ou o desespero moral eram aplicadas indistintamente, a intenção do uso do corpo da presa era instrumental. Os algozes torturadores viam no corpo e no sujeito nele aprisionado um objeto capaz de produzir

informações. Uma vez encontrado o ponto fraco da presa, era imprescindível utilizá-lo de modo insistente e eficaz.

A repressão tinha como finalidade fragilizar, amedrontar, coibir, fazendo com que a mulher se sentisse numa condição de inferioridade em relação aos homens, principalmente, ao homem militar.

Na sua vontade de serem vistas apenas como militantes, em detrimento de sua condição feminina, descuidavam-se da aparência pessoal. Isso ocorria na medida em que a militância política trazia outros valores, portanto uma mulher para ser militante não deveria se importar com a vaidade, ou seja, com a aparência. Não havia lugar para vaidade ou assuntos do gênero na militância.

A prisão das mulheres militantes obedecia á lógica política da repressão para eliminar a oposição ao regime militar, não estabelecendo distinção entre as militantes. A classe social a qual pertencia a militante seria levada em consideração quando eram presas. Se fosse operária teria uma um tratamento diferencial, por exemplo, das militantes que por sua vez fossem da classe média. Não que essa última deixasse de sofrer abusos e torturas, porém, o fato de ser operária era algo mais agravante para os torturadores, em virtude de sua condição econômica/social.

Nesse contexto, se estabelece uma relação direta entre os agentes da repressão e as mulheres. Relação de poder, baseada na violência, tortura e humilhação, sem qualquer intermediação da lei ou do direito, onde valia tudo. Durante o período no qual foi estabelecido o regime militar brasileiro, em momento algum, os preceitos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos foram levados em consideração, ou seja, foram respeitados. “Tal situação se ratifica com afirmação de um agente do DOI-CODI, relatada por uma militante presa e torturada:” Aqui não existe nem Deus, nem pátria, nem família. Só você e nós.”

O sistema repressivo não fez distinção entre homens e mulheres. O que variou foi a forma de tortura. Além das naturais diferenças sexuais da mulher, uma eventual gravidez a torna especialmente vulnerável. Por serem do sexo masculino, os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de suas taras. (BRASIL NUNCA MAIS, 1985)

CONCLUSÃO



Ao adentrarem o espaço público, desafiando uma sociedade masculinizada e a ordem vigente, essas mulheres enfrentaram obstáculos como a família, a sociedade, alguns membros das organizações e a força repressora. Apesar de tantas barreiras, elas contribuíram como sujeitas na criação de nossa história, e por isso merecem ser lembradas e conhecidas pela sociedade como parte integrante de uma geração que buscou o direito de expressar sua opinião e de imaginar e lutar por uma nova sociedade. Faz-se necessário que novas abordagens sobre sua atuação sejam efetivadas, a fim de criarmos uma memória sobre nossa história recente. E nessa história, as mulheres não podem ser ignoradas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

BASTOS, Natalia de Souza. **Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro**. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL: Nunca mais. 19. Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CARVALHO, L. M. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Mulheres militante contra a ditadura: a representação social de “mulher militante” para mulheres que participaram de organizações de esquerda entre 1969 e 1971**. V Jornada Internacional e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais. Brasília, 2007

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São paulo: Ática, 1987.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor, orgs: **Direito à memória e à verdade: Luta,**



substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

NEVES, Lucília de Almeida. **Memória, história e sujeito**: substratos da identidade. *História Oral*, 3, 2000, p. 109-16.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **As mulheres na política brasileira**: os anos de chumbo. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, 1996.

SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários**: memórias da guerrilha perdida. 6. Ed. São Paulo: Global, 1981.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 - 2007

VENTURA, Zuenir. **1968**: O ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.